



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING
8 de fevereiro
de 2021

Yglésio reage a nota de Cláudio Guimarães

Publicado em 7 de fevereiro de 2021 por [gilbertoleda](#)



Nota pública em resposta ao Promotor Cláudio Guimarães

Em relação à nota eivada de má-fé do [promotor Cláudio Guimarães enviada ao blog do Gilberto Leda](#), venho a público esclarecer alguns pontos:

-O referido promotor é conhecido na cidade de São Luís por suas abordagens autoritárias durante o exercício de suas funções no Ministério Público do Maranhão;

- Cláudio Guimarães *em nenhum momento refutou a acusação principal que lhe fiz, a respeito do abuso de autoridade*, além da permissividade e conivência com a truculência dos policiais que lhe acompanharam em operação do final de semana anterior;
- Cláudio Guimarães pinçou uma fala minha do dia 31/12/2020, quando os dados da covid-19 no Maranhão eram estáveis, para comparar com os dados do dia 04/02/2021, ou seja, *34 dias depois da minha fala. Apenas a ignorância ou a má-fé poderiam explicar uma afirmativa de tamanha canalhice intelectual.*
- Cláudio Guimarães atribui a si mesmo um papel de *"debates de ideias"*. Quem conhece a trajetória do promotor e por ele já foi abordado durante seu exercício profissional, sabe o quão afeito ao debate de ideias ele é. Várias vezes pudemos ver o debate de ideias do promotor em situações como a do Pirata da Litorânea, na demolição truculenta do Tiozinho no Barramar.
- Cláudio Guimarães atribuiu a si uma preocupação com a saúde coletiva e sugeriu, com sua habitual bile nas palavras e maldade no âmago de suas intenções, que eu, médico formado há 17 anos pela Universidade Federal do Maranhão e Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo, não tenho critério científico nas minhas falas. Pergunto ao digníssimo promotor onde ele estava no período das eleições, nos lançamentos das campanhas eleitorais milionárias em São Luís, pergunto ao promotor quantas inquéritos ele iniciou contra poderoso grupo de Supermercados em São Luís, que continua a aglomerar diariamente e flexibilizar regras sanitárias.

Ressalto à sociedade maranhense que não sou eu quem defendo interesses segmentados, minha preocupação é com uma ação institucional republicana e que proteja a saúde coletiva de maneira ampla, sem perseguir segmentos. Ao contrário, é Cláudio Guimarães que ataca um grupo segmentado, não sei em decorrência de quais traumas na sua vida, mas que enquanto eu estiver frente a um mandato popular na Assembleia Legislativa do Maranhão, seus abusos de autoridade nunca mais serão silenciados. Os tempos de xerifismo de Cláudio Guimarães acabaram.

Yglésio Moyses
Deputado Estadual

MP recomenda suspensão de viagens extras de ferry-boat durante Carnaval

Em Recomendação expedida nesta quinta-feira, 4 de fevereiro, a titular da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de São Luís, Lítia Cavalcanti, pediu à Agência Estadual de **Mobilidade Urbana e Serviços Públicos (MOB)** a suspensão de viagens extra no serviço de ferry-boat durante o período carnavalesco de 2021 entre a capital e o interior do estado. O documento foi encaminhado ao presidente da agência, Daniel Carvalho.

A representante do **Ministério Público** do Maranhão (**MPMA**) também solicitou a fiscalização do cumprimento da Portaria nº 336/2020 - GAB/MOB, de 12 de novembro de 2020, que estabelece a realização de viagens do transporte aquaviário intermunicipal com, no máximo, 50% de sua capacidade total e a utilização de máscaras sanitárias durante todo o percurso.

Outro fundamento da manifestação ministerial é o Decreto Estadual nº 36.462, de 22 de janeiro de 2021, que determinou a suspensão das comemorações de Carnaval neste ano, em ambientes públicos e privados no Maranhão.

A Recomendação foi motivada pelo aumento de casos da doença, óbitos causados pela doença e o surgimento de outras variantes do vírus. Até o dia 3 de fevereiro, tinham sido registrados em todo o Estado 208.724 casos e 4.730 óbitos em função da pandemia do novo coronavírus (COVID-19).

O descumprimento dos pedidos acarretará a tomada de medidas judiciais cabíveis.

Site: <http://diegoemir.com/2021/02/mp-recomenda-suspensao-de-viagens-extras-de-ferry-boat-durante-carnaval/>

Othelino institui comissão para elaborar proposta de atualização do Código de Proteção do Meio Ambiente

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), instituiu uma comissão de juristas para elaborar propostas de atualização e consolidação do Código de Proteção do Meio Ambiente e da legislação ambiental do Estado. O documento foi assinado em reunião conduzida pelo chefe do Parlamento, nesta sexta-feira (5), com representantes do Poder Judiciário, **Ministério Público**, Governo do Estado e sociedade civil, que farão parte da comissão.

Durante o encontro, Othelino falou sobre a necessidade da atualização da legislação ambiental estadual para assegurar maior eficiência e eficácia no controle, promoção e defesa das questões ambientais em benefício da população maranhense.

"A nossa legislação ambiental já tem em torno de 30 anos e, com o passar do tempo, é preciso que ocorram ajustes. Para isso, nada melhor do que a formação desse grupo de juristas, com o objetivo de reunir pessoas com expertise no assunto e que atuam direta ou indiretamente na questão ambiental, que poderão dar grande colaboração", afirmou.

O chefe do Legislativo pontuou, ainda, que a comissão terá o prazo de 180 dias para a elaboração das propostas de aperfeiçoamento, atualização e consolidação do Código de Proteção do Meio Ambiente e da legislação ambiental estadual, que serão construídas por meio do diálogo com as mais diversas áreas, entre elas, as organizações não-governamentais, técnicos das universidades e os setores produtivo e empresarial.

"A partir desse estudo elaborado pela comissão, que será presidida pelo promotor Fernando Barreto, eles entregarão para a Assembleia um anteprojeto de lei que, após a tramitação, va virar uma lei e, assim, teremos um Código Estadual Ambiental atualizado e levando em consideração as alterações que o meio ambiente teve nessas quase três décadas. O nosso Código Ambiental precisa, principalmente, proteger os nossos recursos naturais, de forma que eles sejam utilizados de maneira sustentável, mas conciliando com a necessidade do desenvolvimento do nosso estado", assinalou Othelino Neto.

Comissão

A comissão - que será presidida pelo promotor Fernando Barreto, coordenador do **Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente**, Urbanismo e Patrimônio Cultural do **Ministério Público** do Maranhão - contará com 13 membros, entre eles, representantes do Poder Judiciário, Governo do Estado, sociedade civil e especialistas na área ambiental.

"Recebemos essa missão honrosa do presidente Othelino e vamos ouvir a sociedade, os setores afetados por uma revisão da legislação ambiental que engloba todas as atividades econômicas e sociais. A primeira estratégia será ouvir as pessoas e quais as suas contribuições. Em seguida, dividiremos a legislação por temas, analisaremos as propostas e traremos, dentro do prazo, para o presidente da Assembleia, esse trabalho", disse o presidente da comissão, ressaltando, também, que a legislação ambiental do Maranhão é uma das mais antigas do Brasil, apesar dos inúmeros avanços.

O juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, destacou que o Judiciário tem os seus órgãos especializados na questão ambiental e dará a sua contribuição. "Certamente, daremos a nossa colaboração na rediscussão da legislação estadual ambiental, que já é bem antiga e precisa ser atualizada com o que há de mais moderno no mundo em relação ao tema", completou.

Responsabilidade

O procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia, disse que o Executivo tem uma grande parcela de responsabilidade na discussão do tema, uma vez que o Sistema Estadual de Licenciamento também será afetado pelas mudanças, que são necessárias. "Iremos contribuir para termos uma legislação adequada, considerando, justamente, o período que temos para nos adequar às regras em vigência nacionalmente e internacionalmente".

Também participaram da reunião o professor universitário e coordenador do Fórum Estadual de Educação Ambiental do Maranhão (FEEA), Sálvio Dino Júnior; o procurador-geral da Aema, advogado Tarcísio Araújo; e o diretor-geral da Mesa Diretora, Bráulio Martins.

Site: <http://diegoemir.com/2021/02/othelino-institui-comissao-para-elaborar-proposta-de-atualizacao-do-codigo-de-protecao-do-meio-ambiente/>

Unidades deverão informar à Vara da Infância quando atingirem capacidade de internação

A 2ª Vara da Infância e Juventude de São Luís publicou Portaria na qual determina que a Fundação da Criança e do Adolescente do Maranhão, FUNAC, informe à Justiça quando for atingida a capacidade projetada das unidades de internação definitiva, instaladas na Comarca da Ilha, bem quando houver adolescente para iniciar o cumprimento de medida privativa de liberdade, anexando as listagens respectivas, para observância dos critérios e parâmetros definidos pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). A Portaria tem a assinatura do juiz titular José dos Santos Costa.

Ele considerou, entre outros fatores, a Portaria 591/2020, editada pela unidade judicial, que vigeu até o dia 31 de dezembro de 2020, e estabelecia normas de controle de vagas no sistema socioeducativo de internação nesta Comarca da Ilha de São Luís, no aguardo da criação de Central de Vagas pelo Poder Executivo. Considerou, ainda, o fato de que o Supremo Tribunal de Justiça determinou que as unidades de execução de medida socioeducativa de internação de adolescentes não ultrapassem a capacidade projetada de internação prevista para cada unidade, com a observância de diversos critérios e parâmetros, a serem observados pelos magistrados nas unidades de internação que operam com a taxa de ocupação superior à capacidade projetada.

São os critérios citados pelo STJ: Adoção do princípio 'número fechado' como estratégia de gestão, com a liberação de nova vaga na hipótese de ingresso; Reavaliação dos adolescentes internados exclusivamente em razão da reiteração em infrações cometidas sem violência ou grave ameaça à pessoa, com a designação de audiência e oitiva da equipe técnica para o mister; Proceder-se à transferência dos adolescentes sobressalentes para outras unidades que não estejam com capacidade de ocupação superior ao limite projetado do estabelecimento, contanto que em localidade próxima à residência dos seus familiares, dentre outros.

RESOLUÇÃO DO CNJ

O magistrado cita, ainda, a recente Resolução n.º 367, de 19 de janeiro de 2021, do Conselho Nacional de

Justiça, a qual dispõe sobre diretrizes e normas gerais para a criação da Central de Vagas no Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo, no âmbito do Poder Judiciário, destacando que a competência é do Poder Executivo para a sua criação, que deverá ser provocada pelo Poder Judiciário, onde não houver, com a participação conjunta do **Ministério Público**, Defensoria Pública e Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, indicando o prazo de um ano para sua eventual criação.

A Portaria da Vara da Infância considera que, enquanto não criada a Central de Vagas no sistema socioeducativo estadual, a unidade judicial, nos limites de sua competência na execução de medidas socioeducativas em meio fechado na Comarca da Ilha de São Luís, deverá observar os critérios e parâmetros determinados na decisão do Superior Tribunal de Justiça. "Há de se considerar, igualmente, a competência do Estado do Maranhão, através da FUNAC, de manter programas e unidades socioeducativas em meio fechado, bem como a existência de cinco unidades socioeducativas de internação definitiva da FUNAC nesta Comarca da Ilha, sendo quatro masculinas (CSIV, CSISC, CSISJR e CSISNV) e uma feminina (CSF)", ressalta a Portaria.

O juiz prossegue no documento: "Deve-se considerar, também, a existência de duas unidades com internação provisória nesta Comarca da Ilha, sendo uma masculina (CSIPC) e a outra feminina (CSF), respectivamente com capacidade para 51 e 08 vagas, que abriga adolescentes do termo judiciário de São Luís e de grande parte das demais municípios do Estado, ante a existência de centro de internação cautelar masculina apenas em Imperatriz e Timon, bem como a inexistência de outra unidade de internação provisória feminina no Estado, sendo que a competência desta vara para observar a decisão do STF até a criação de Central de Vagas restringe-se as internações definitivas em unidades instaladas na Comarca da Ilha, enquanto as internações provisórias este Juízo pode apenas reavaliar as decisões cautelares deste termo judiciário".

Daí, resolve: "A FUNAC deverá informar este juízo quando estiver na iminência de ser atingida a

capacidade projetada de internação provisória nesta Comarca da Ilha, anexando a listagem respectiva, para reavaliação daquelas de competência desta Vara e remessa à Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário , para conhecimento (.) Cientifiquem-se da Portaria o MPE, DPE, FUNAC, Varas da Infância e Juventude de Imperatriz e Timon e centros socioeducativas de internação da Comarca da Ilha".

Site: <https://omaranhense.com/unidades-deverao-informar-a-vara-da-infancia-quando-atingirem-capacidade-de-internacao/>

Por recomendação do MP/MA, MOB não ofertará viagens extras de ferry-boat no Carnaval

A Agência Estadual de **Mobilidade Urbana** e Serviços Públicos (MOB) informa que, no período de 12 a 19 de fevereiro (feriado de Carnaval), não serão realizadas viagens extras do serviço de ferry-boat. A medida será adotada, após recomendação feita pelo **Ministério Público** do Maranhão, por meio da promotora do **Núcleo de Defesa do Consumidor**, Lítia Cavalcanti.

Como apontado na recomendação, a MOB deverá realizar "a suspensão das viagens extras pelas operadoras do serviço de transporte aquaviário intermunicipal de ferry-boat no período carnavalesco do ano de 2021 e a fiscalização visando o fiel cumprimento da Portaria nº 336/2020 - GAB/MOB, de 12 de novembro 2020, que determina a realização das viagens com no máximo 50% de sua capacidade total", destaca trecho do documento.

O presidente da MOB, Daniel Carvalho, reforça que a agência observará a recomendação e reforçará seu trabalho de fiscalização, durante todo o período.

"Recebemos a recomendação do MP e a atenderemos. Reforço aos usuários que já estão com suas passagens compradas para o período, que poderão embarcar tranquilamente. No entanto, estamos comunicando com antecedência a sociedade, pois as pessoas que não tiverem passagens compradas e forem para a fila de espera terão que aguardar por muito mais tempo para conseguir embarcar. Nosso objetivo é seguir a recomendação da promotoria e também evitar transtornos com filas de esperas que demorarão muito tempo para serem atendidas ou, até mesmo, demandas que não sejam possíveis de atender", destacou Daniel Carvalho.

Site: <https://omaranhense.com/por-recomendacao-do-mp-ma-mob-nao-ofertara-viagens-extras-de-ferry-boat-no-carnaval/>

Yglésio reforça pedido de investigação de fura-fila da vacina

Por Zeca Soares

O deputado estadual Yglésio Moyses (PROS) reafirmou, por meio de suas redes sociais, nesta segunda-feira (8), a necessidade de apuração dos casos de 'fura-fila' da vacina contra o novo **coronavírus no Maranhão**. Segundo reportagem do Atual7, de 15 denúncias feitas ao **Ministério Público** a respeito de pessoas que são vacinadas sem ter prioridade, apenas três estão sendo investigadas em todo o estado.

Em janeiro, o parlamentar já havia feito um ofício que pedia a apuração de irregularidades na aplicação da vacina. Diante da investigação do MP, resolveu se pronunciar novamente. "Entendo que a vacina é importante para todos, mas, neste momento, precisamos assegurar que os mais vulneráveis sejam imunizados e, à medida que novas doses forem chegando, sejam estabelecidos novos grupos prioritários", publicou na rede social.

Dentre estes outros grupos prioritários, Yglésio cita profissionais que atuaram na linha de frente durante a pandemia. Entre eles, estão alunos da área de saúde realizando estágio, profissionais da **segurança pública**, professores, agentes funerários e as demais categorias que estiveram em contato direto com o vírus.

Foto: Divulgação

Site: <https://www.zecasoares.com/2021/02/08/yglesio-reforcca-necessidade-de-investigar-fura-fila-da-vacina/>

Dr. Yglésio reafirma "abuso de autoridade" de Cláudio Guimarães

Marco Aurélio D Eça

O deputado estadual Dr Yglésio (sem partido) voltou a criticar duramente o abuso de autoridade cometido pelo promotor Cláudio Guimarães, que desenvolve cruzada contra eventos, bares, restaurantes e casas de shows em São Luís.

Na semana passada, Yglésio acusou Guimarães de abuso de autoridade e truculência, o que gerou uma nota do promotor; a tréplica do parlamentar aponta ainda mais truculência no representante do **Ministério Público**.

- Cláudio Guimarães atribui a si mesmo um papel de "debates de ideias". Quem conhece a trajetória do promotor e por ele já foi abordado durante seu exercício profissional, sabe o quão afeito ao debate de ideias ele é. Várias vezes pudemos ver o debate de ideias do promotor em situações como a do Pirata da Litorânea e na demolição truculenta do Tiozinho no Barramar - provocou Yglésio.

A conhecida truculência do promotor Cláudio Guimarães já foi alvo também de reprimenda do juiz Clésio Nunes, que impediu sua tentativa de barrar o reveillon de 2016, num despacho que repercutiu fortemente no Maranhão.

O promotor, que controla o exercício da atividade policial - e anda cercado de guardas nas abordagens em bares, restaurantes e casas de shows, está há uma vida nesta função, que apreze ter transformado em missão e vida.

Agora, encontrou no deputado Yglésio um forte opositor.

Site:

<https://www.marcoareliodeca.com.br/2021/02/08/dr-yglesio-reafirma-abuso-de-autoridade-de-claudio-guimaraes/>

MPE investiga 43 candidaturas 'laranjas' em São Luís

Folha de S. Paulo

A eleição de 2020 foi marcada pela desproporcionalidade no valor das despesas que candidatos e candidatas tiveram para cada eleitor conquistado, com as mulheres gastando muito mais que os homens para obter votos.

Há situações nos estados em que o custo do voto em mulheres foi dezenas de vezes superior ao dos homens de um mesmo partido. É o caso do Avante no Acre (67 vezes mais), do Pros no Rio Grande do Sul (37 vezes mais) e do PTB no Ceará (23 vezes mais).

Os dados são do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e foram tabulados pelo cientista de dados Danilo Carlotti, que é pesquisador do Insper, consultor e colaborador voluntário no **Ministério Público** Eleitoral em São Paulo com análises que buscam encontrar suspeitas de candidaturas de laranjas.

As informações ainda precisam ser analisadas de forma mais profunda para averiguar se as candidaturas são verdadeiras ou se elas são irreais, de laranjas. Mas os dados de um desses levantamentos já foram enviados pelo **Ministério Público** Eleitoral em São Paulo ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral), com pedido de medidas urgentes.

Essa primeira análise avaliou os gastos feitos pelos candidatos a vereadores em todas as cidades do país e se os seus padrões podiam levantar suspeitas -por exemplo, se 100% das despesas de um candidato foram usadas em um único serviço.

A outra, mais restrita, verificou, em cidades com mais de 1 milhão de habitantes, a quantidade de votos que o candidato recebeu, a indicação de que nem a pessoa votou em si mesma e a necessidade do partido de preencher a cota de gênero.

Casos em que ao menos um candidato usou todo o seu dinheiro em apenas um serviço foram registrados em 4.480 cidades, em todos os estados. O Brasil tem 5.568 municípios. ?

O **Ministério Público** aponta que esses gastos não são comuns e devem ser averiguados.

"A lógica por trás desta verificação é a de que para

uma candidatura ser bem sucedida é razoável esperar que ela gaste de maneira proporcional com vários tipos de itens diferentes", diz documento encaminhado ao presidente do TSE, Luís Roberto Barroso, pelo **promotor de Justiça** Eleitoral de São Paulo Fábio Bechara e por Carlotti.

"Por exemplo, se material gráfico tiver sido impresso é razoável supor que será preciso que haja pessoas para distribuir este material."

Belo Horizonte foi a cidade com mais candidatos que tiveram apenas uma despesa, seguida de São Bernardo do Campo (Grande São Paulo), da capital paulista, de Salvador e do Rio de Janeiro.

"Dos dados analisados, as discrepâncias identificadas revelam ao mesmo tempo uma possível hipótese de investigação por crime eleitoral ou infrações administrativas", diz o ofício enviado a Barroso, que termina com um pedido de aperfeiçoamento das ferramentas de análise desses dados eleitorais.

Bechara afirma à reportagem que "quanto mais o processo de prestação de contas for incrementado do ponto de vista tecnológico, inclusive aperfeiçoado em relação ao uso de ferramentas preditivas e de cruzamento, maior a capacidade de você detectar previamente uma possível irregularidade".

?Outra análise foi feita pelo ex-vereador de Cascavel (PR) Fernando Hallberg (PDT), que se dedica à pauta anticorrupção. Ele aponta 539 candidaturas com risco de serem laranjas nas 16 cidades brasileiras que têm mais de 1 milhão de habitantes, segundo o IBGE. Brasília não possui vereadores, por isso não entra na conta.

A avaliação foi limitada aos partidos que estavam próximos ao limite dos 30% da cota de gênero. Ou seja, situações em que uma mulher candidata a menos poderia resultar na cassação da sigla toda.

O levantamento aponta 57 candidaturas suspeitas em Belo Horizonte, que também lidera a lista. Manaus aparece logo atrás, com 56.

São seguidas por uma trinca do Nordeste: Fortaleza (48), São Luís (43) e Recife (42). São Paulo é a penúltima, com 15 ocorrências. Porto Alegre teve o

menor número, 8.

Em termos de partidos, PROS e PRTB lideram. Têm 37 suspeitas cada.

Site: <https://www.blogdoantoniomartins.com/mpe-investiga-43-candidaturas-laranjas-em-sao-luis/>

Esposa do deputado Neto Evangelista seria "fura fila"

A médica Thayanne de Melo Ribeiro Evangelista, esposa do deputado estadual Neto Evangelista (DEM), está sendo acusada de furar a fila da vacinação contra a Covid em São Luís. Segundo informações de fontes consultadas pelo blog, Thayanne não atua na rede municipal e não tinha direito de ser vacinada.

"O mais grave é que o prefeito Eduardo Braide ainda compartilhou o flagrante da suposta irregularidade em seu status", declarou.

É mais um caso típico do 'grupo de ricos', implantado pela atual gestão para fazer frente ao grupo de risco. Seria bom o **Ministério Público** estadual e federal, apurar a situação.

Site: <https://www.blogdoantoniomartins.com/esposa-do-deputado-neto-evangelista-seria-fura-fila/>

Juiz quer solução consensual em ação sobre lockdown e marca audiência para o dia 11

Daniel Matos

O juiz da Vara de Direitos Difusos e Coletivos, Douglas de Melo Martins, proferiu despacho na manhã desta segunda-feira (11) em que sugere uma solução consensual para a **ação civil pública** ajuizada por três defensores públicos com pedido de decretação de lockdown nos 217 municípios do Maranhão em razão do aumento dos casos e óbitos por Covid-19 no Maranhão. O magistrado agendou uma audiência de conciliação para a próxima quinta-feira, dia 11, quando espera que todas as partes entre em acordo em relação à demanda judicial.

Douglas Martins considerou a questão extremamente complexa em razão do número elevado de réus, um total de 218 - os 217 municípios maranhenses e o Governo do Estado. Ele informou que até o momento poucas prefeituras se manifestaram sobre o pedido de fechamento total das atividades no estado e o fizeram por livre e espontânea vontade, já que a maioria nem sequer foi notificada. E adiantou que todas se posicionaram contra o lockdown.

Ainda de acordo com o juiz, entidades do setor econômico local, representantes dos setores do comércio, indústria, estabelecimentos de ensino, turismo, bares, restaurantes, hotéis, eventos e outras, compareceram à Vara de Direitos Difusos e Coletivos, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, para também externar sua reprovação ao pedido formulado pelos defensores públicos. Diante dos apelos e do claro interesse das entidades na causa, o magistrado decidiu incluí-las no processo.

A audiência de conciliação sobre o pedido de lockdown está marcada para as 8h da próxima quinta-feira (11), no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, no Calhau, ao lado do Fórum Sarney Costa, com participação presencial e remota de todas as partes envolvidas.

Site:

<https://www.blogsoestado.com/danielmatos/2021/02/08/juiz-quer-solucao-consensual-em-acao-sobre-lockdown-e-marca-audiencia-para-o-dia-11/>

Após pedido de lockdown, audiência discute medidas para conter a Covid no Maranhão

SÃO LUÍS - Será realizada nesta quinta-feira (11), uma audiência de conciliação com representantes dos 217 municípios maranhenses, além do Estado e representantes de setores da atividade econômica do Maranhão para uma solução, de preferência consensual, sobre possíveis medidas restritivas mais severas no Estado, em face da pandemia da Covid-19.

A audiência foi marcada pelo juiz da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca de São Luís, Douglas de Melo Martins, e será realizada às 8h, no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça, situado no bairro Calhau, em São Luís. "Manobrar um processo assim é algo bem complexo, porque não conseguimos, até agora, concretizar sequer as intimações. Conduzir um processo com muitos réus é como conduzir um grande navio", afirmou Douglas de Melo.

Segundo o juiz Douglas de Melo Martins, a audiência foi marcada após o ajuizamento de uma **Ação Civil Pública**, proposta por Defensores Públicos, contra os 217 municípios maranhenses e também o Estado do Maranhão. "Essa audiência está marcada e nela eu espero que todos os presentes nos ajudem a encontrar uma solução, de preferência consensual para esse assunto tão complexo. Qualquer solução, em um caso tão grave, depende da colaboração de todos os que, eventualmente, podem ser afetados por uma eventual decisão", disse o magistrado.

Ainda de acordo com o juiz, por causa do grande número de réus no processo, os prazos ainda não iniciaram, pois nem todas as intimações foram concretizadas até o momento. "Nessa audiência de conciliação eu espero que todos contribuam, inclusive compareçam de forma espontânea como alguns municípios já fizeram", informou o juiz.

Entenda o caso

No dia 1º de fevereiro, três defensores do Maranhão acionaram a Justiça, obrigando o Governo do Maranhão a adotar o lockdown, medida de restrição total das atividades comerciais não essenciais, em razão da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus. Leia a petição na íntegra.

Na ação, os defensores pedem que a medida seja aplicada para todos os 217 municípios do Maranhão,

durante 14 dias, podendo ser prorrogada. A petição foi protocolada na 1ª Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, responsável por conceder, em maio de 2020, pelo pedido de lockdown para os quatro municípios da Grande Ilha (São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa).

Segundo o documento, a decisão foi tomada em razão do aumento do número de ocupação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) para pacientes com Covid-19, que ultrapassam os 80%, de acordo com o último boletim epidemiológico divulgado pela Secretaria de Estado da Saúde (SES).

Assinam os documentos os defensores públicos Clarice Viana Binda, titular do núcleo de **Direitos Humanos**, Cosmo Sobral da Silva, titular do núcleo de **Defesa da Saúde**, da Pessoa com Deficiência e da Pessoa Idosa; e Diego Carvalho Bugs, defensor do núcleo regional da Raposa.

Coronavírus no Maranhão

De acordo com o último boletim epidemiológico divulgado pela Secretaria de Estado da Saúde (SES), na noite desse domingo (7), o Maranhão tem 4.775 mortes e 209.778 casos confirmados de Covid-19. De acordo com a SES, foram contabilizados 10 óbitos e 174 pessoas infectadas pelo coronavírus nas últimas 24 horas no Estado, sendo 31 na Grande Ilha de São Luís, 15 em Imperatriz e 128 nos demais municípios. A taxa de letalidade da Covid-19 no Maranhão, por sua vez, está em 2,27%.

O relatório da SES aponta que todos os 217 municípios do Maranhão já registraram casos confirmados de Covid-19. São Luís (28.507), Imperatriz (9.340), Balsas (7.243), Caxias (6.022), Timon (5.342), Santa Inês (5.103), Barra do Corda (4.103), Zé Doca (3.935), Açailândia (3.838) e Bacabal (3.741) são as dez cidades maranhenses com o maior número de pacientes infectados pelo novo coronavírus.

Site: <https://imirante.com/sao-luis/noticias/2021/02/08/apos-pedido-de-lockdown-audiencia-discute-medidas-para-conter-a-covid-no-maranhao.shtml>

Viagens extras do Ferry-boat são suspensas durante período de carnaval

São Luís - A Agência Estadual de **Mobilidade Urbana** e Serviços Públicos (MOB) suspendeu viagens extras de Ferry-boat durante o período do carnaval. De acordo com o presidente da MOB, em entrevista para rádio local, a medida é uma forma de conter o avanço da propagação do vírus da covid-19 durante a época de maior movimentação, que seria entre os dias 12 e 19 de fevereiro.

Na última semana, 04 de fevereiro, **Ministério Público** do Maranhão (**MPMA**) expediu uma recomendação para que fossem suspensas as viagens extras das embarcações.

"Todos que estão com suas passagens compradas não se preocupem. As viagens ocorrerão normalmente", ressaltou o presidente da MOB, Daniel Carvalho.

Outra recomendação do MP que está sendo seguido pela Agência é o aumento de fiscalização das embarcações nesse período, para garantir que seja seguido a Portaria nº 336/2020 - GAB/MOB, de 12 de novembro de 2020, que estabelece a realização de viagens do transporte aquaviário intermunicipal com, no máximo, 50% de sua capacidade total e a utilização de máscaras sanitárias durante todo o percurso.

Site:

<https://imirante.com/oestadoma/noticias/2021/02/08/viagens-extras-do-ferry-boat-sao-suspensas-durante-periodo-de-carnaval/>

Central de Mandados da Ilha zera cumprimento de Medidas Protetivas à Mulher

São Luís - A Central de Mandados da Comarca da Ilha de São Luís cumpriu, na última quinta-feira, 4 de fevereiro, todas as ordens de Medidas Protetivas de Urgência (MPU) expedidas pelas Varas da Mulher vinculadas aos termos judiciais de São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar, zerando a demanda acumulada. No mês de novembro de 2020, havia uma demanda de 232 MPU s distribuídas aguardando cumprimento, bem como diariamente outras se somavam a esse acervo. Em dezembro, esse número foi reduzido para 80. E, em fevereiro deste ano, a zero.

Os resultados são fruto de iniciativa conjunta entre a Corregedoria Geral da Justiça, Diretoria do Fórum e Coordenação da Central de Mandados, que otimizaram os trabalhos e impulsionaram o cumprimento dos expedientes encaminhados pelas secretarias e gabinetes das referidas varas judiciais da Região Metropolitana da capital, especialmente a Vara da infância e juventude, **execução penal** e violência doméstica e familiar contra a mulher de São José de Ribamar.

O trabalho também foi impulsionado, no fim do ano passado, pela retomada das atividades presenciais após o pico da pandemia. No período de 20 de março a 30 de junho do ano passado, o órgão trabalhou em plantão extraordinário, de acordo com a recomendação do Judiciário nacional e a partir de julho retomou o expediente normal, com exceção dos ofícios de justiça com uma ou mais doenças simultâneas e pertencentes ao grupo de risco de contágio pela Covid-19, que continuaram trabalhando em regime de teletrabalho.

Segundo números do sistema PJe, entre dezembro de 2020 e janeiro de 2021, foram distribuídos na Central de Mandados 9.518 expedientes e destes, 5.889 foram cumpridos e 3.630 estão em andamento, o que representa uma produtividade aproximada de 61,9%, no somatório dos últimos dois meses de trabalho.

Celeridade

Uma das medidas que contribuiu sobremaneira para otimizar o serviço foi adotada pelas juízas Laysa

Mendes, atual coordenadora da Central, e Andréa Perlmutter, diretora do Fórum de São Luís, em janeiro deste ano, determinando o redirecionamento de todos os ofícios que eram encaminhados pelas unidades judiciais para a Central, destinados, por exemplo, às delegacias, encaminhando inquéritos, ou outras comunicações oficiais, para o setor de protocolo ou correios, reduzindo o volume de serviços burocráticos e desnecessários na Central de Mandados, que ficaram restritos, exclusivamente, ao cumprimento de mandados dos juízes.

"Anteriormente, a Central de Mandados não atendia somente a sua atribuição específica de cumprir mandados. Os oficiais de Justiça atuavam, também, como office-boys qualificados, entregando ofícios no protocolo e pegando os recibos de entrega, o que demandava um volume de trabalho grande para eles. Então, determinamos que isso não seria mais feito e sim pelo setor de protocolo ou por via postal", explica a juíza coordenadora.

De outro lado, a Corregedoria do Judiciário organizou melhor a dinâmica do serviço, em outubro do ano passado, determinando, no Provimento 56/2020, que os expedientes gerados nas unidades jurisdicionais fossem encaminhados fisicamente à Central de Mandados em até dois dias úteis, sob pena de cancelamento.

"É inconteste que sem o envolvimento e apoio da alta gestão não teríamos chegado onde chegamos. Ficou o legado de Vossa Excelência (desembargador Paulo Velten) de ter, hoje, as instalações da Central de Mandados referência no País", reconhece Alberto James Paz, coronel da reserva do Exército e coordenador da Central de Mandados até janeiro de 2020, em mensagem ao corregedor-geral da Justiça. Atualmente, o coronel da reserva da PM Francisco César Alves da Silva auxilia a magistrada na coordenação dos trabalhos.

Os prazos para cumprimento, pelo oficial de Justiça, dos expedientes de trâmite normal e sua devolução à unidade judicial, excetuados os prazos específicos previstos em lei, são de dez dias para comunicações judiciais em processos com réu preso, excetuadas as

audiências; quinze dias para comunicações judiciais em processos sem réu preso (artigo 334 do CPC/2015) e trinta dias para mandado de busca e apreensão, reintegração de posse de veículos, imissão de posse e reintegração de posse de imóveis e prisão civil em ação de execução de alimentos (art. 18 do Provimento 08/2017 da CGJMA).

O prazo para cumprimento do mandado pelo oficial de justiça é contado a partir do dia útil seguinte ao do expediente colocado pela coordenação da central em sua pasta. O oficial de Justiça é notificado a cumprir ou comprovar que cumpriu a ordem judicial, em cinco dias, sob pena de processo administrativo. O mesmo acontece no caso de algum atraso noticiado pelos juízes.

SAIBA MAIS

Controle

O monitoramento do cumprimento dos mandados judiciais é feito por meio dos sistemas de acompanhamento processual, Themis PG (em papel) e PJe - Processo Judicial Eletrônico (digitais). O controle também é baseado numa planilha de desempenho do trabalho de cada oficial de Justiça na execução dos expedientes em tempo hábil.

A Central de Mandados foi criada na gestão do corregedor Stélio Muniz, pela Lei Complementar nº 85, de 21 de junho de 2005, com o objetivo de estruturar e racionalizar o cumprimento das ordens judiciais nos termos judiciários de São Luís, São José de Ribamar Paço do Lumiar e Raposa, que passaram a integrar a Região Metropolitana de São Luís, criada pela Lei Complementar nº 174/2015.

Esses municípios foram divididos em 24 distritos, onde atuam 105 oficiais de Justiça em regime de rodízio trimestral, atendendo à demanda localizada. Quatro atuam especificamente no cumprimento de mandados junto aos presídios, quatro acompanham o **Tribunal do Júri** e oito no atendimento de medidas urgentes no plantão diurno da Central. No setor administrativo, trabalham dez servidores e nove estagiários estudantes do ensino médio.

Site:

<https://imirante.com/oestadoma/noticias/2021/02/08/central-de-mandados-da-ilha-zero-cumprimento-de-medidas-protetivas-a-mulher/>

Juiz marca data para audiência sobre pedido de lockdown no Maranhão

Por G1 MA - São Luís, MA

O juiz da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, Douglas de Melo Martins, intimou os representantes de todos os municípios do Maranhão, além de outras instituições, a participar de uma audiência de conciliação que busca chegar a uma solução referente ao pedido dos defensores públicos que queriam a decretação de um lockdown em todo o Maranhão.

Douglas Martins marcou a audiência para o dia 11 de fevereiro, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão. No entanto, apenas 50 pessoas poderão entrar. Os demais só poderão participar por videoconferência.

Na última segunda-feira (1º), três defensores públicos do Maranhão acionaram a Justiça para obrigar o Governo do Maranhão a adotar medidas de restrição total das atividades sociais e comerciais não essenciais, em razão da pandemia de Covid-19.

O documento pede que a medida seja aplicada para todos os 217 municípios do estado, pelo período de 14 dias, podendo ser prorrogada. A petição foi protocolada na 1ª Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, responsável por conceder, em maio do ano passado, o pedido de lockdown para os quatro municípios da Grande Ilha (São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa).

Ao G1, o juiz Douglas Martins afirmou que, independente da determinação sobre um possível lockdown, o Governo do Maranhão, se desejar, pode recorrer para derrubar a decisão em instâncias superiores.

As pessoas dizem não quero lockdown . Tranquilo. Ninguém quer. Mas a grande pergunta para estas mesmas pessoas que dizem que não querem, é: O que você está fazendo para que não seja necessário? Mais importante que o alvoroço sobre se o juiz vai decretar lockdown, cada uma das pessoas devia estar pensando assim: O lockdown pode se impor, não porque nós queiramos, mas se nós tivermos pessoas morrendo em porta de hospital sem conseguir entrar, não depende da minha vontade. O lockdown virá . Se cada um de nós tomar as cautelas, o comerciante tomar seu cuidado... Devemos pensar em tomar todas as providências para que a doença não se dissemine e

não seja necessário lockdown em nosso estado , afirmou Douglas Martins.

A ação é resultado do aumento do número de ocupação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) para pacientes com Covid, que já ultrapassam os 80%, segundo os últimos boletins epidemiológicos divulgado pela Secretaria de Estado da Saúde (SES).

Assinam o documentos os defensores públicos Clarice Viana Binda, titular do núcleo de **Direitos Humanos**; Cosmo Sobral da Silva, titular do núcleo de **Defesa da Saúde**, da Pessoa com Deficiência e da Pessoa Idosa; e Diego Carvalho Bugs, defensor do núcleo regional da Raposa.

Na petição, os defensores pedem ainda:

Os defensores pedem, ainda, que a fiscalização do cumprimento das medidas seja realizada pelas polícias civil e militar, com apoio do governo estadual, assim como outros funcionários públicos estaduais da área.

Ao G1, a assessoria de comunicação da Defensoria Pública do Estado (DPE-MA) afirmou que a decisão foi individual dos três defensores e que não houve conhecimento prévio da direção-geral do órgão. A DPE reforçou que está em diálogo para entender o cenário do pedido feito pelos defensores.

Por meio de uma rede social, o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), afirmou que respeita a autonomia do sistema de justiça do estado, entretanto, não há, neste momento, qualquer planejamento para o lockdown no estado.

O pedido foi feito base em dados epidemiológicos no estado, realizado entre os dias 18 a 31 de janeiro, com dados oficiais da Secretaria de Saúde. Ficou constatado que houve um aumento significativo na taxa de ocupação de leitos de UTI destinado para pacientes com Covid-19 no estado.

Nos municípios da Grande Ilha e em Imperatriz, segunda maior cidade do Maranhão, a taxa de ocupação chegou a obter uma ocupação superior a 80%, sendo considerados os polos que mais recebem pacientes do interior do estado. Segundo a petição, a grande maioria dos municípios não possui leitos e nem

hospitais estruturados para receber os pacientes.

Além disso, foi observada a elevação na taxa de contágio do vírus no Maranhão, que chegou em 1,45, quando o cenário ideal é abaixo de 1, conforme determina a Secretaria de Saúde. Os defensores destacam ainda a campanha de imunização contra a Covid-19 no Maranhão, que já vacinou somente com a 1ª dose, apenas 0,45% da população, até o dia 27 de janeiro, sendo ainda muito longe de atingir toda a população do estado.

Em justificativa, o documento afirma que enquanto não houver vacinação em massa no Maranhão, a única medida viável é adoção de medidas de distanciamento social, restrição de pessoas, para conter o vírus e evitar a chance de mutações, como aconteceu na África do Sul, Reio Unido e no estado do Amazonas.

Site:

<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2021/02/08/jui-z-marca-data-para-audiencia-sobre-pedido-de-lockdown-no-maranhao.ghtml>

AL cria comissão para atualizar legislação ambiental no MA

Por Zeca Soares

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), instituiu uma comissão de juristas para elaborar propostas de atualização e consolidação do Código de Proteção do Meio Ambiente e da legislação ambiental do Estado. O documento foi assinado em reunião conduzida pelo chefe do Parlamento, nesta sexta-feira (5), com representantes do Poder Judiciário, **Ministério Público**, Governo do Estado e sociedade civil, que farão parte da comissão.

Durante o encontro, Othelino falou sobre a necessidade da atualização da legislação ambiental estadual para assegurar maior eficiência e eficácia no controle, promoção e defesa das questões ambientais em benefício da população maranhense.

"A nossa legislação ambiental já tem em torno de 30 anos e, com o passar do tempo, é preciso que ocorram ajustes. Para isso, nada melhor do que a formação desse grupo de juristas, com o objetivo de reunir pessoas com expertise no assunto e que atuam direta ou indiretamente na questão ambiental, que poderão dar grande colaboração", afirmou.

O chefe do Legislativo pontuou, ainda, que a comissão terá o prazo de 180 dias para a elaboração das propostas de aperfeiçoamento, atualização e consolidação do Código de Proteção do Meio Ambiente e da legislação ambiental estadual, que serão construídas por meio do diálogo com as mais diversas áreas, entre elas, as organizações não-governamentais, técnicos das universidades e os setores produtivo e empresarial.

"A partir desse estudo elaborado pela comissão, que será presidida pelo promotor Fernando Barreto, eles entregarão para a Assembleia um anteprojeto de lei que, após a tramitação, va virar uma lei e, assim, teremos um Código Estadual Ambiental atualizado e levando em consideração as alterações que o meio ambiente teve nessas quase três décadas. O nosso Código Ambiental precisa, principalmente, proteger os nossos recursos naturais, de forma que eles sejam utilizados de maneira sustentável, mas conciliando com a necessidade do desenvolvimento do nosso estado", assinalou Othelino Neto.

Comissão - A comissão - que será presidida pelo promotor Fernando Barreto, coordenador do **Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural do Ministério Público** do Maranhão - contará com 13 membros, entre eles, representantes do Poder Judiciário, Governo do Estado, sociedade civil e especialistas na área ambiental.

"Recebemos essa missão honrosa do presidente Othelino e vamos ouvir a sociedade, os setores afetados por uma revisão da legislação ambiental que engloba todas as atividades econômicas e sociais. A primeira estratégia será ouvir as pessoas e quais as suas contribuições. Em seguida, dividiremos a legislação por temas, analisaremos as propostas e traremos, dentro do prazo, para o presidente da Assembleia, esse trabalho", disse o presidente da comissão, ressaltando, também, que a legislação ambiental do Maranhão é uma das mais antigas do Brasil, apesar dos inúmeros avanços.

O juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, destacou que o Judiciário tem os seus órgãos especializados na questão ambiental e dará a sua contribuição. "Certamente, daremos a nossa colaboração na rediscussão da legislação estadual ambiental, que já é bem antiga e precisa ser atualizada com o que há de mais moderno no mundo em relação ao tema", completou.

Responsabilidade - O procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia, disse que o Executivo tem uma grande parcela de responsabilidade na discussão do tema, uma vez que o Sistema Estadual de Licenciamento também será afetado pelas mudanças, que são necessárias. "Iremos contribuir para termos uma legislação adequada, considerando, justamente, o período que temos para nos adequar às regras em vigência nacionalmente e internacionalmente".

Também participaram da reunião o professor universitário e coordenador do Fórum Estadual de Educação Ambiental do Maranhão (FEEA), Sálvio Dino Júnior; o procurador-geral da Alema, advogado Tarcísio Araújo; e o diretor-geral da Mesa Diretora, Bráulio Martins

Site: <https://www.zecasoares.com/2021/02/08/al-cria->

comissao-para-atualizar-legislacao-ambiental-no-ma/

Yglésio pede investigação de casos de fura-fila da vacina

O deputado estadual Yglésio Moyses (PROS) reafirmou, por meio de suas redes sociais, nesta segunda-feira (8), a necessidade de apuração dos casos de 'fura-fila da vacina contra o novo **coronavírus no Maranhão**. Segundo reportagem do Atual7, de 15 denúncias feitas ao **Ministério Público** a respeito de pessoas que são vacinadas sem ter prioridade, apenas três estão sendo investigadas em todo o estado.

Em janeiro, o parlamentar já havia feito um ofício que pedia a apuração de irregularidades na aplicação da vacina. Diante da investigação do MP, resolveu se pronunciar novamente. "Entendo que a vacina é importante para todos, mas, neste momento, precisamos assegurar que os mais vulneráveis sejam imunizados e, à medida que novas doses forem chegando, sejam estabelecidos novos grupos prioritários", publicou na rede social.

Dentre estes outros grupos prioritários, Yglésio cita profissionais que atuaram na linha de frente durante a pandemia. Entre eles, estão alunos da área de saúde realizando estágio, profissionais da **segurança pública**, professores, agentes funerários e as demais categorias que estiveram em contato direto com o vírus.

Site: <http://www.al.ma.leg.br/./noticias/40711>

Fura-filas da CoronaVac no MA na mira de Yglésio

Neto Cruz

O deputado estadual Yglésio Moyses (PROS) reafirmou, por meio de suas redes sociais, nesta segunda-feira (8), a necessidade de apuração dos casos de "fura-fila" da vacina contra o novo **coronavírus no Maranhão**. Segundo reportagem do Atual7, de 15 denúncias feitas ao **Ministério Público** a respeito de pessoas que são vacinadas sem ter prioridade, apenas três estão sendo investigadas em todo o estado.

Em janeiro, o parlamentar já havia feito um ofício que pedia a apuração de irregularidades na aplicação da vacina. Diante da investigação do MP, resolveu se pronunciar novamente.

"Entendo que a vacina é importante para todos, mas, neste momento, precisamos assegurar que os mais vulneráveis sejam imunizados e, à medida que novas doses forem chegando, sejam estabelecidos novos grupos prioritários", publicou na rede social.

Dentre estes outros grupos prioritários, Yglésio cita profissionais que atuaram na linha de frente durante a pandemia. Entre eles, estão alunos da área de saúde realizando estágio, profissionais da **segurança pública**, professores, agentes funerários e as demais categorias que estiveram em contato direto com o vírus.

Site: <https://netocruz.blog.br/2021/02/08/fura-filas-da-coronavac-no-ma-na-mira-de-yglesio/>

Vaqueiro reaparece em Bacabal e relata momentos de torturas que passou nas mãos de policiais militares

(Blogue do Carlinhos)

Após vários dias desaparecido, o vaqueiro José de Ribamar, de 25 anos, reapareceu com vida em Bacabal na madrugada desta segunda-feira (8). Nos últimos dias, familiares apareceram na imprensa informando que seu sumiço tinha relação com o assassinato do empresário Marcos Marcondes, muitos chegaram até mesmo a suspeitar que o jovem estivesse morto.

Porém, ao reaparecer, Ribamar aceitou participar de uma live no facebook com seu advogado, Dr. Bento Vieira, esclarecendo o que aconteceu, enquanto estava desaparecido. O relato apavorante do vaqueiro traz uma série de detalhes reveladores, inclusive o testemunho da morte do empresário Marcos. Ele também afirmou que continuava sendo perseguido por policiais mesmo com a prisão dos cinco suspeitos.

O caso teve início na manhã da última segunda-feira (1), quando ele foi trabalhar na fazenda de propriedade de um parente do policial Gilberto Custódio. No local, o PM havia tido uma breve conversa com o sogro e, logo após, Ribamar foi convidado por Custódio a entrar num carro para ir ao Povoado São Sebastião, sob o pretexto de "buscar sementes". Porém, no caminho eles acabaram entrando numa rua sem saída, e logo ouviu as seguintes palavras de Custódio:

"Riba, aqui não tem esse negócio de semente não, aqui é sobre os carneiros, que eu já puxei tua ficha todinha e sei com quem tu trabalhava. Tu trabalhava com Marquinhos e sei que tu roubou esses carneiros e vendeu para ele", disse o PM

Ribamar negou a acusação, apontando o fato de que passou o dia inteiro tentando encontrar os carneiros junto com os policiais e que, portanto, não podia ser apontado como o ladrão. Porém, os policiais não aceitaram suas palavras e, de acordo com Riba, o Tenente Pinho iniciou uma série de agressões, chegando a amarrá-lo e iniciado tortura com asfixia, socos e chutes.

Site:

<https://www.djalmarodrigues.com.br/2021/02/08/vaqueiro-reaparece-em-bacabal-e-relata-momentos-de-torturas-que-passou-nas-maos-de-policiais-militares/>

Juiz marca data para audiência sobre pedido de 'lockdown' no Maranhão

O juiz da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, Douglas de Melo Martins, intimou os representantes de todos os municípios do Maranhão, além de outras instituições, a participar de uma audiência de conciliação que busca chegar a uma solução referente ao pedido dos defensores públicos que queriam a decretação de um 'lockdown' em todo o Maranhão.

Douglas Martins marcou a audiência para o dia 11 de fevereiro, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão. No entanto, apenas 50 pessoas poderão entrar. Os demais só poderão participar por videoconferência.

Na última segunda-feira (1º), três defensores públicos do Maranhão acionaram a Justiça para obrigar o Governo do Maranhão a adotar medidas de restrição total das atividades sociais e comerciais não essenciais, em razão da pandemia de Covid-19.

O documento pede que a medida seja aplicada para todos os 217 municípios do estado, pelo período de 14 dias, podendo ser prorrogada. A petição foi protocolada na 1ª Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, responsável por conceder, em maio do ano passado, o pedido de 'lockdown' para os quatro municípios da Grande Ilha (São Luís , São José de Ribamar , Paço do Lumiar e Raposa).

Ao G1 , o juiz Douglas Martins afirmou que, independente da determinação sobre um possível lockdown, o Governo do Maranhão, se desejar, pode recorrer para derrubar a decisão em instâncias superiores.

"As pessoas dizem 'não quero lockdown'. Tranquilo. Ninguém quer. Mas a grande pergunta para estas mesmas pessoas que dizem que não querem, é: O que você está fazendo para que não seja necessário? Mais importante que o alvoroço sobre se o juiz vai decretar lockdown, cada uma das pessoas devia estar pensando assim: 'O lockdown pode se impor, não porque nós queiramos, mas se nós tivermos pessoas morrendo em porta de hospital sem conseguir entrar, não depende da minha vontade. O lockdown virá'. Se cada um de nós tomar as cautelas, o comerciante tomar seu cuidado. Devemos pensar em tomar todas as providências para que a doença não se dissemine e não seja necessário lockdown em nosso estado", afirmou Douglas Martins.

A ação é resultado do aumento do número de ocupação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) para pacientes com Covid, que já ultrapassam os 80%, segundo os últimos boletins epidemiológicos divulgado pela Secretaria de Estado da Saúde (SES).

Assinam o documentos os defensores públicos Clarice Viana Binda, titular do núcleo de **Direitos Humanos**; Cosmo Sobral da Silva, titular do núcleo de **Defesa da Saúde**, da Pessoa com Deficiência e da Pessoa Idosa; e Diego Carvalho Bugs, defensor do núcleo regional da Raposa.

Na petição, os defensores pedem ainda:

Os defensores pedem, ainda, que a fiscalização do cumprimento das medidas seja realizada pelas polícias civil e militar, com apoio do governo estadual, assim como outros funcionários públicos estaduais da área.

Ao G1 , a assessoria de comunicação da Defensoria Pública do Estado (DPE-MA) afirmou que a decisão foi individual dos três defensores e que não houve conhecimento prévio da direção-geral do órgão. A DPE reforçou que está em diálogo para entender o cenário do pedido feito pelos defensores.

Por meio de uma rede social, o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), afirmou que respeita a autonomia do sistema de justiça do estado, entretanto, não há, neste momento, qualquer planejamento para o 'lockdown' no estado.

Justificativas

O pedido foi feito base em dados epidemiológicos no estado, realizado entre os dias 18 a 31 de janeiro, com dados oficiais da Secretaria de Saúde. Ficou constatado que houve um aumento significativo na taxa de ocupação de leitos de UTI destinado para pacientes com Covid-19 no estado.

Nos municípios da Grande Ilha e em Imperatriz, segunda maior cidade do Maranhão, a taxa de ocupação chegou a obter uma ocupação superior a 80%, sendo considerados os polos que mais recebem pacientes do interior do estado. Segundo a petição, a grande maioria dos municípios não possui leitos e nem

hospitais estruturados para receber os pacientes.

Além disso, foi observada a elevação na taxa de contágio do vírus no Maranhão, que chegou em 1,45, quando o cenário ideal é abaixo de 1, conforme determina a Secretaria de Saúde. Os defensores destacam ainda a campanha de imunização contra a Covid-19 no Maranhão, que já vacinou somente com a 1ª dose, apenas 0,45% da população, até o dia 27 de janeiro, sendo ainda muito longe de atingir toda a população do estado.

Em justificativa, o documento afirma que enquanto não houver vacinação em massa no Maranhão, a única medida viável é adoção de medidas de distanciamento social, restrição de pessoas, para conter o vírus e evitar a chance de mutações, como aconteceu na África do Sul, Reio Unido e no estado do Amazonas.

Site:

<https://www.djalmarodrigues.com.br/2021/02/08/juiz-marca-data-para-audiencia-sobre-pedido-de-lockdown-no-maranhao/>

Douglas Martins dá prazo de 72 horas para Dino e prefeitos informarem destinação de recursos para Covid-19 (Política)

Yuri Almeida

O juiz da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, Douglas de Melo Martins, abriu prazo de 72 horas para que as gestões estadual de Flávio Dino (PCdoB) e municipais das 217 prefeituras municipais no Maranhão informem sobre a destinação dos recursos recebidos em 2020, incluindo oriundos de emendas parlamentares federais, exclusivamente para o enfrentamento da pandemia do novo coronavírus.

Assinado nesta segunda-feira 8, o despacho judicial foi proferido no bojo da **ação civil pública** da DPE (Defensoria Pública do Estado) que pede a decretação de lockdown em todo o estado como forma de combater a segunda onda da Covid-19.

De acordo com a decisão, na manifestação, cada gestor municipal deverá destacar qual o montante destinado à abertura de novos leitos hospitalares, hospitais de campanha e compra de equipamentos.

"Essas informações serão importantes tanto para o controle social, quanto para o processo de tomadas de decisões nestes autos e para construção de uma solução para o caso", ressaltou o magistrado.

Espécie de caixa-preta, o valor recebido e destino dado à verba federal pelo comunista e pelos prefeitos podem esclarecer, dentre outras coisas, como e quem está sendo realmente aplicando a totalidade dos recursos enviados ao estado para combate à doença, que já infectou quase 210 mil pessoas e matou mais de 4,7 mil no Maranhão.

Até o momento, mostrou o ATUAL7 mais cedo, 14 municípios maranhenses manifestaram-se contrários à adoção de medidas de restrição total das atividades sociais e comerciais não essenciais. Uma audiência, marcada para a próxima quarta-feira 11, no auditório da PGJ (Procuradoria Geral de Justiça) do Maranhão, buscará a conciliação com todas as partes interessadas na obtenção de uma solução consensual, ainda que parcial, sobre o pedido de decretação de lockdown.

Site: <https://atual7.com/noticias/politica/2021/02/douglas->

***martins-da-prazo-de-72-horas-para-dino-e-prefeitos-
informarem-destinacao-de-recursos-para-covid-19/***

Testemunha da morte de comerciante em Bacabal reaparece e conta o que aconteceu

Da redação

Desaparecido há uma semana , a única testemunha do assassinato do comerciante Marcos Santos em Bacabal , na última semana, se apresentou a polícia nesta segunda-feira (08). O rapaz, identificado como José Ribamar Leitão, de 25 anos , afirmou que temia pela própria vida e, por isso, se escondeu .

Leia também: Operação conjunta entre polícias do Maranhão e Piauí prende cinco pessoas por furto de energia elétrica

José Ribamar trabalhava como vaqueiro na fazenda do sogro do Sargento Custódio e foi acusado pelo militar de ter roubado e vendido 11 carneiros da propriedade para o comerciante.

Em depoimento nessa segunda-feira, a testemunha afirmou que Marcos Santos - conhecido popularmente como Marquinhos - foi brutalmente torturado com asfixia, socos e chutes no abdomen . Ainda de acordo com o vaqueiro, o comerciante já estava morto quando levou um tiro no peito .

O homem também relatou que foi agredido e, depois, reanimado pelos próprios PMs, que exigiam saber o paradeiro dos carneiros . Ao ser colocado no porta-malas de um carro, José Ribamar ainda conseguiu ouvir quando os militares arrancaram Maquinhos do seu estabelecimento.

Ainda segundo a declaração do vaqueiro, ele só conseguiu sobreviver porque a arma do Sargento Custódio falhou na hora . O rapaz aproveitou a oportunidade para fugir e se esconder em um matagal da região. José Ribamar foi perseguido por três dias e, de acordo com ele, por outros quatro policiais que não participaram da **tortura**.

Quatro policiais são suspeitos de assassinar o comerciante Marcos Santos , após serem flagrados colocando-o a força dentro de um veículo por uma câmara de segurança na última segunda-feira (1), data em que ele foi dado como desaparecido.

As investigações apontaram que os quatro homens que colocaram o comerciante no veículo eram policiais do 15º BPM que estavam à paisana. São: Tenente Pinho, um Sargento Custódio, Cabos Robson e

Henrique.

Site:

<https://oimparcial.com.br/noticias/2021/02/testemunha-da-morte-de-comerciante-em-bacabal-reaparece-e-conta-o-que-aconteceu/>

Lavrador que testemunhou morte de comerciante reaparece e relata que foi torturado e quase executado por PMs em Bacabal

BACABAL - O lavrador José de Ribamar Neves Leitão, que estava desaparecido desde o dia 1º de fevereiro, foi encontrado na madrugada desta segunda (8). O homem afirma que ficou uma semana escondido no mato, pois havia sido levado por policiais militares para ser executado, já que os PMs o acusavam de roubar carneiros da fazenda em que o lavrador trabalhava. Riba contou que os policiais acusavam ele de ter roubado os carneiros e vendido para o comerciante.

Veja o relato completo do lavrador José de Ribamar Neves Leitão

Entenda o caso

Investigação apura envolvimento de PMs na morte de comerciante em Bacabal

Veja quem são os PMs presos suspeitos da morte de comerciante em Bacabal

Durante relato feito em uma rádio da cidade, o lavrador contou que foi levado por policia para ser morto, no dia em que os mesmos PMs levaram o comerciante Marcos Santos, para também ser assassinado. José de Ribamar, que é conhecido como "Riba", afirmou que viu o comerciante ser torturado e morto pelos policia, sendo que o genro do dono da fazenda fez parte da execução.

"Na manhã de segunda-feira eu fui trabalhar, trabalhei até meio dia, quando cheguei do serviço, estava seu Gilberto falando com o sogro dele, fomos almoçar e ele disse para o Everaldo que ia me levar para o São Sebastião buscar sementes. Aí ele me levou de carro para uma rua sem saída, onde uma outra pessoa chegou em um carro. Aí o policial me disse que a gente não ia buscar sementes. Aqui é sobre os carneiros, porque eu já puxei a tua ficha todinha e com quem tu trabalhava. Tu trabalhava com Marquinho e eu sei que tu roubou esses carneiros e vendeu pro Marquinhos", relatou o lavrador.

Riba disse que afirmou para o policial que não tinha

roubado carneiro nenhum, pois tinha passado o dia procurando os animais. O lavrador relatou quem mesmo após ter negado o crime, ele teve as mãos e os pés amarrados pelos policia, foi espancado e depois jogado no porta-malas do carro.

"Aí o sargento (Pinho) chegou e já foi logo batendo na minha cara, já foi logo me esmurrando. E me amarraram as duas mãos e os pés, me derrubaram no chão, o sargento Pinho sentou em cima de mim e o seu Gilberto agarrou na minha garganta".

Após ser jogado na mala do carro, o lavrador relatou que os policia foram até o comerciante Marcos e o colocaram no carro também. Riba conta que depois os PMs puxaram a garganta de Marcos e desferiram socos no rosto do comerciante. Os policia amarram os pés de Marcos, jogaram água no rosto dele, mandaram uma pessoa pular em cima da barriga e dos peitos do comerciante e depois colocaram um pano no rosto dele e começaram a jogar água.

"Eles foram matando ele asfixiado. Eles não davam chance nem dele falar, nem para ele se explicar. Molharam uma camisa e começaram a bater na cara dele até que ele parou de respirar e não resistiu. Aí ele disse, agora que esse aqui morreu e esse daqui ainda está vivo, vamos levar ele para matar lá no São Sebastião", disse.

O lavrador contou que ouviu os policia combinarem de levar ele para uma fazenda, para simular um confronto entre ele e os policia, para justificar a morte do lavrador, que seria morto a tiros.

"Aí disseram, ajoelha. Aí eu disse, pelo amor de Deus, não me mata, eu tenho minha família. Ele disse, aqui não tem negócio de Deus não, de família, tem negócio de filho aqui não, tu vai morrer, tu tem que morrer. A única prova é tu. Aí eu pedi pra Deus, me ajoelhei, aí ele colocou a arma na minha cabeça, quando ele apertou o dedo a arma não disparou. Nessa hora eu corri, eu criei forças na minha perna e corri. Nessa hora eles começaram a atirar, deram uns dez tiros

atrás de mim. Eu passei a noite todinha correndo, com eles atrás de mim. Eu não podia sair de onde eu estava escondido, para poder ir numa casa beber uma água, porque eles já estavam atrás de mim para me matar", relatou o lavrador.

O secretário de **Segurança Pública**, Jefferson Portela, foi até Bacabal para ouvir o depoimento do lavrador.

"Ainda bem que ele foi encontrado com vida e pronto para ser ouvido e falar oficialmente sobre esses fatos. Muito importante ele ter sido localizado, porque teremos o conjunto de quem estava no cenário das circunstâncias desse fato e que poderá narrar livremente tudo aquilo que precisa ser coletado dentro do inquérito policial e encaminhado ao poder judiciário", informou o secretário.

Policiais estão presos

Os cinco policiais militares suspeitos do assassinato do comerciante Marcos Santos estão presos na capital, desde a semana passada, após a polícia encontrar o comerciante morto. São eles, o tenente Pinho, o sargento Custódio e os cabos Robson, Rogério e Henrique. Eles foram ouvidos e transferidos para o presídio da Polícia Militar em São Luís.

Imagens de câmera de segurança mostram a vítima entrando em um carro com os PMs à paisana na tarde de segunda-feira (1º). O vídeo mostra que é o tenente Pinho quem conduz o comerciante para dentro do veículo. Depois do ocorrido, a vítima ficou desaparecida. O corpo foi encontrado no dia seguinte com marcas de tiros e sinais de violência, em estrada que dá acesso ao município São Luís Gonzaga.

Imagens de câmera de segurança mostram a vítima entrando em um carro com os PMs à paisana na tarde de segunda-feira (1º). O vídeo mostra que é o tenente Pinho quem conduz o comerciante para dentro do veículo. Depois do ocorrido, a vítima ficou desaparecida. O corpo foi encontrado no dia seguinte com marcas de tiros e sinais de violência, em estrada que dá acesso ao município São Luís Gonzaga.

Na terça-feira, o lavrador José de Ribamar Neves desapareceu e, segundo o pai dele, o filho havia sido levado pelo sargento Custódio.

O tenente Pinho estava com ferimento de tiro na perna e afirmou, em depoimento à polícia, que foi ferido em confronto com supostos ladrões. Em depoimentos, os militares suspeitos do crime disseram que investigavam roubo de carneiros na região.

"Tudo que foi dito como versão da parte dos agentes públicos de segurança, policiais, não está se

configurando como realidade material", disse, em entrevista à TV Mirante, o secretário estadual de **Segurança Pública**, Jefferson Portela, que acompanha o caso de perto.

Site:

<https://imirante.com/bacabal/noticias/2021/02/08/lavrador-que-testemunhou-morte-de-comerciante-reaparece-e-relata-que-foi-torturado-e-quase-executados-por-pms-em-bacabal.shtml>

Após uma semana, testemunha da morte de comerciante reaparece e relata tortura que sofreu por PMs: Implorei para não morrer

Por G1 MA - São Luís, MA

Uma semana após ter sido levado por policiais militares e desaparecido, o lavrador José de Ribamar Neves Leitão, de 25 anos, reapareceu nesta segunda-feira (8), e relatou a **tortura** que sofreu por PMs em Bacabal, cidade a 240 km de São Luís. O grupo é o mesmo suspeito de participar da morte do comerciante Marcos Santos.

O lavrador relatou os momentos de terror que viveu em uma transmissão ao vivo na internet. José de Ribamar afirma que foi levado pelo grupo no mesmo dia em que Marcos Santos foi capturado e que presenciou a morte do comerciante. Segundo o lavrador, os policiais queriam que ele confessasse que havia praticado um roubo e em seguida, seria morto pelos PMs.

José de Ribamar conta que os PMs foram até o seu local de trabalho e o atraíram para uma emboscada. Ao chegar ao local, os policiais o pressionaram para confessar que havia roubado carneiros. Ele negou o crime. Em seguida, o lavrador foi espancado, teve as pernas e os braços amarrados e foi jogado no porta malas do carro onde estavam os policiais.

Ele disse [o Gilberto] Riba, nós vamos entrar aqui porque tem um amigo que eu conheço, que mora ali na frente e ele vai me dizer que onde é que está as sementes. Quando a gente chega no fim da rua, ele disse nós vamos entrar aqui, que eu acho que a casa dele é pra cá. Quando a rua acaba, ele abre o carro e quando ele desce do carro, chega outro carro junto. E aí, ele disse, Riba, aqui não tem negócio de semente. Aqui é sobre os carneiros, que eu já puxei tua ficha todinha e a ficha de com quem tu trabalhava. Tu trabalhava com Marquinho e eu sei que tu roubou esses carneiros e vendeu para o Marquinho. Mas aí eu disse, Seu Gilberto, como é que eu roubei esses carneiros e vendi pro Marquinho? Eu passei o dia todinho com você procurando esses carneiros, passamos na fazenda, nos interiores e não achamos esse bicho. E aí ele disse não, foi tu e tu vai dizer onde é, contou José de Ribamar.

Ele disse que implorou aos policiais para não morrer e

só conseguiu escapar porque a arma não disparou. Após conseguir fugir, o lavrador passou uma semana andando pelo mato, sem comida e bebida. José de Ribamar afirma que chegou a ser perseguido por diversas vezes e sempre que tentava ir embora, se deparava com barreiras policiais nas estradas.

Estava uns dois palmos da minha cabeça [a arma], quando ele apertou o dedo, a arma não disparou. Nessa hora que a arma não disparou, eu corri. Eu criei força nas minhas pernas e corri. Eles de lá mesmo começaram a atirar, deram ao menos 10 tiros em mim, e eu passei a noite toda correndo e eles atrás de mim (...) Quando eu chego na estrada, mais ou menos 00h, tinha uma barreira me esperando. Quando eu vejo aquela moto com o farol ligado no meio do caminho e aquelas luzes piscando. Quando eu notei logo, eu vi que era polícia me esperando. E ali mesmo eu fiquei, a noite esperando, disse.

Durante a entrevista, José de Ribamar relatou os últimos momentos do comerciante Marcos Santos. Segundo o lavrador, ele estava no porta malas do veículo dos policiais, que aparece chegando na casa de Marcos Santos. Ele afirma que presenciou todas as agressões sofridas pela vítima, até ele ser morto pelos PMs.

Ele foi batendo nele no carro, enforcando, o rapaz [o PM] pegando nisso aqui dele [no pescoço], o cara puxava na garganta dele, dando muito socos na cara dele. Eles seguraram ele [Marcos] e mandaram o rapaz [PM] pular em pé, em cima da barriga dele, pulando com os dois pés em cima dele, do peito dele. Acho que isso aqui já deveria estar quebrado de tanto o pessoal pular. Pegaram ele, colocaram um pano na cara dele e começaram a jogar água e ele já asfisiado e sem poder falar. Eles não davam chance nem dele falar, nem dele poder se explicar. Molharam uma camisa bem pesada e começaram a bater na cara dele. Enquanto ele estava respirando, eles estavam batendo nele com a camisa, até que ele não resistiu, explicou.

De acordo com José de Ribamar, depois de terem matado Marcos Santos, o próximo passo era matar ele e simular uma troca de tiros. Ele explica que o tenente

Pinho pediu aos colegas que atirassem em uma das pernas dele.

Ai eles disseram vamos procurar uma casa abandonada, onde tem um açude, vamos levar o Marquinho para lá, esperar escurecer, vamos pegar o Marquinho . Eram cinco pessoas e ai, o Pinho disse vocês quatro, que era o Gilberto e outros três, que eram pra segurar ele e atirar nele [Pinho] . Disseram que era para atirar no peito dele [Marcondes] e quando terminar, é pra atirar em uma das minhas pernas , explicou.

O advogado do lavrador, Bento Vieira, disse que por segurança, José de Ribamar foi levado para o escritório e só deve sair de lá após ele ser ouvido pelo secretário estadual de Segurança, Jefferson Portela.

Os cinco policiais envolvidos no crime estão presos no presídio do Comando- Geral da Polícia Militar. Eles foram identificados como tenente Pinho, o sargento Custódio e os cabos Robson, Rogério e Henrique.

A Comissão de **Direitos Humanos** da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA) está investigando uma série de assassinatos cometidos por policiais militares que atuam no Maranhão à paisana, ou seja, sem fardamento. Eles também são conhecidos como os velados .

O comerciante Marcos Santos foi encontrado morto em 02 de fevereiro, às margens no povoado Fazenda Cancelar, em São Luís Gonzaga do Maranhão. O corpo dele havia marcas de tiro e sinais de violência.

Ele havia desaparecido após ter sido abordado por homens e ser colocado à forças em um veículo. As investigações apontaram que os homens que colocaram o comerciante no carro são policiais militares do 15º BPM que estavam trabalhando sem fardamento, os chamados velados .

Site:

<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2021/02/08/apos-uma-semana-testemunha-da-morte-de-comerciante-reaparece-e-relata-tortura-que-sofreu-por-pms-implorei-para-nao-morrer.ghtml>